



## Câmara Municipal de Anadia

**ACTA Nº 28/2008**

### **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

**DATA:** 17 de Dezembro de 2008

**INÍCIO:** 09 horas e 55 minutos

**ENCERRAMENTO:** 12 horas e 30 minutos

#### **O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:**

**PRESIDENTE:** Prof. Litério Augusto Marques

**VEREADORES:** Eng<sup>a</sup> Maria Teresa Belém Correia Cardoso (em regime de tempo inteiro)

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado

Eng<sup>o</sup> Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (em regime de tempo inteiro)

Dr. Jorge António Tavares de São José (em regime de tempo inteiro)

Eng<sup>o</sup> Rui António de Almeida Marinha

Eng<sup>o</sup> Aníbal José Franco Ferreira

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, Prof. Litério Augusto Marques, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Eng<sup>a</sup> Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng<sup>o</sup> Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Dr. Jorge António Tavares de São José, Eng.<sup>o</sup> Rui António de Almeida Marinha e Eng<sup>o</sup> Aníbal José Franco Ferreira.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionária, Eunice Alexandra Neves de Jesus Lopes.-----

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara, Prof. Litério Augusto Marques, foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e cinquenta e cinco minutos.-----

## **ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA**

---- **4.1 PROF. LITÉRIO AUGUSTO MARQUES:**-----

---- **4.1.1 PROPOSTA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE ANADIA PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009):**-----

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara, Prof. Litério Augusto Marques, foi presente à reunião, para aprovação, a proposta mencionada em epígrafe, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- Numa breve introdução do assunto, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir tratar-se do último orçamento do mandato do Executivo, elaborado em condições especiais, em termos económicos, mas que, com os dinheiros disponíveis, ainda é conseguida verba, em termos de receita, para realizar obras nas vertentes da rede viária, social, de educação, de desporto, esta última, com a obra do Velódromo, que todos conheciam e que tanto dinheiro envovia.-----

---- Referiu, também, que face à actual conjuntura económica, o próprio Governo tem anunciado que no próximo ano terá que haver um incremento nos investimentos públicos, pelo que, também a Câmara Municipal o desejaría fazer no concelho de Anadia. No entanto, enquanto não abrirem as linhas do QREN, as verbas inscritas são insuficientes, mas, deixam a possibilidade de, face à aprovação de candidaturas, poderem vir a ser reforçadas. Lembrou, entretanto, que no dia a seguir iria ser oficialmente apresentada a CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga), pelo que, a partir desse momento, a Câmara Municipal teria a possibilidade de contratualizar as obras do QREN.-----

---- Constatou, ainda, e para terminar, tratar-se de um orçamento realista, que não foi empolado para não criar ilusão e para não correr o risco de amanhã não ter execução. Isso porque, como explicou, num ano em que se preconiza um aumento da despesa em obras públicas, o desejável seria apresentar um orçamento com valores muito superiores, lamentando não ser possível.-----

---- De seguida, interveio o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, que começou por referir que, em primeiro lugar, convinha assinalar a desconfiança com que os Vereadores do PS encaravam este orçamento, no que ao seu realismo diz respeito. Desconfiança essa legitimada pelas experiências anteriores em que acabavam sempre por constatar que as previsões orçamentais andavam longe da execução efectiva. Constatou, na verdade, que as execuções orçamentais, pelo menos nos últimos três anos, andaram pela ordem dos 40%, ou seja, menos de metade do previsto. Assim sendo, referiu que passa a não ser possível olhar para os orçamentos desta Câmara Municipal com a seriedade ou, pelo menos, com uma margem de segurança aceitável, dado a forte probabilidade de empolamento orçamental.

---- De qualquer modo, disse que lhes cumpria a função de analisarem o documento e retirarem as conclusões da estratégia e política que o mesmo encerra. Assim sendo, referiu serem forçados a concluir que as principais críticas que apontavam ao orçamento de dois mil e oito, não só se mantêm como saem reforçadas neste orçamento. Senão vejamos, disse:

---- “*Já no orçamento de dois mil e oito alertávamos para o facto da despesa corrente aumentar e a despesa de capital, subtraindo a obra do Velódromo, diminuir. Ora, neste orçamento, esta tendência negativa ainda é mais acentuada. Agora, a despesa corrente aumenta 4,15% relativamente ao orçamento anterior, enquanto a despesa de investimento diminui 1,04%, o que se estranha, porquanto a previsão da receita corrente aumenta, nomeadamente os impostos directos. Ora, isto significa que quando alertávamos para o facto do peso da máquina da Autarquia ter vindo a aumentar e não gozar de uma proporcionalidade saudável, no que concerne à relação comparativa com as despesas de investimento, agora, não só temos que reforçar esta ideia, como, também, aumentar a nossa preocupação.*

---- Se a isto ainda juntarmos, como é devido, as experiências vividas com as execuções orçamentais anteriores, nos termos atrás explicados, e o fundado receio de empolamento orçamental consequente, é fácil aferir que o investimento ficará ainda aquém do previsto, o que irá criar um desnível entre despesa corrente e investimento, com claro prejuízo deste último, e agravar a desproporcionalidade atrás exposta.

---- Acontece, que são as despesas de investimento que obedecem à finalidade de mais valia nas condições a proporcionar aos nossos municípios e têm uma relação directa com a sua qualidade de vida.

---- E como também já tivemos a oportunidade de realçar, uma boa gestão é a que consegue diminuir o peso das despesas correntes, em ordem a possibilitar uma maior afectação de recursos para despesas de investimento, nomeadamente para áreas notoriamente carenciadas, tais como, meio ambiente e conservação da natureza, saneamento, planeamento urbanístico e ordenamento do território, acção social, educação, cultura, transportes rodoviários, apoio ao turismo e apoio à indústria.

---- Ora, o que este orçamento demonstra é que se acentua o caminho contrário, o que é, em nosso entender, alarmante, porque poderá fazer caminhar a Autarquia para uma situação de

*difícil governabilidade num futuro próximo.*-----

---- *Convém também registar, que este é um orçamento ainda claramente condicionado e afectado pela inscrição das verbas que se destinam à obra do Velódromo, o que é natural, dada a envergadura desta obra, mas que significa, também, atentos os números, que a Câmara não conseguiu deixar de prejudicar outros investimentos para poder responder à exigência financeira desta obra, porquanto os montantes previstos para a rubrica de desporto, recreio e lazer, constituem 37% da globalidade do investimento, apesar de cerca de metade da obra já estar paga. E se subtraímos os montantes inscritos neste orçamento que lhe são destinados, constatamos que a despesa de investimento cai para números inaceitáveis, ficando mesmo perto da despesa corrente.*-----

---- *Esta é uma obra que, portanto, ainda aumenta consideravelmente os montantes previstos nas receitas de capital que reportam transferência de capital do Poder Central, assim como, e obviamente, aumenta os montantes previstos nas despesas de capital, nomeadamente com a quantia prevista para Instalações Desportivas. Mas a este respeito, gostaríamos que o Senhor Presidente nos elucidasse sobre o destino da receita de cerca de oito milhões de euros ao abrigo do QREN, porquanto o montante de despesa previsto para o Velódromo ronda os seis milhões. Também não será para o plano de regeneração urbana, visto os montantes contemplados neste orçamento serem surpreendentemente exíguos. E, quanto a este plano, os custos com a demolição do Mercado e construção da rotunda no seu lugar estão aqui previstos ou pensou melhor e decidiu abandonar essa ideia absurda?*-----

---- *Finalmente, não podemos deixar de registar que as despesas de investimento com o saneamento, meio ambiente e conservação da natureza e cultura, ainda diminuem consideravelmente, relativamente ao orçamento anterior, quando, em nossa opinião, são áreas carenciadas e sedentas de uma aposta mais forte, mas que reflectem coerência com a política deste Executivo que, em abono da verdade, nunca encarou tais matérias como prioritárias.”-----*

---- Logo de seguida, o Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com a forma como o Senhor Vereador tinha expressado a diferença nos números e admitiu a possibilidade de existir tal diferença. Relativamente ao aumento de 4,15% na despesa corrente, ventilado pelo Senhor Vereador, explicou que só o aumento anual dos vencimentos dos funcionários foi de 2,1%, logo, a despesa corrente tem de aumentar e deixa, assim, de ser de 4,15%. Além disso, lembrou que iria entrar em vigor a Lei dos Vínculos, Remunerações e Carreiras, que prevê a possibilidade de atribuição de prémios de desempenho, cujas verbas terão de estar contempladas no orçamento, o que também contribuiu para justificar o aumento da despesa com pessoal.-----

---- Quanto ao QREN, reafirmou que ainda não estão abertos todos os eixos de forma a poder apresentar todas as candidaturas das obras que a Câmara Municipal pretende levar a efeito e que, assim que tal venha a acontecer, a Autarquia apresentá-las-á, sendo certo que as respectivas inscrições orçamentais já ficam contempladas para futuramente poderem ser reforçadas. Acrescentou, no entanto, que não poderá sobredotar tais rubricas, pois, como não

tem receita assegurada para fazer face à despesa, cairia numa situação de ingovernabilidade, que não é a que existe actualmente, ao contrário do que o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, referiu.-

---- Entretanto, o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, disse ser pouco o montante previsto para regeneração urbana, ao que o Senhor Presidente da Câmara, de imediato, respondeu que não aumentou a dotação de tal rubrica porque ainda não tinha a candidatura aprovada, pois se assim não fosse, nem sequer a poderia apresentar, apesar de reconhecer que é um risco que a Câmara Municipal corre.-

---- Quando falam nos Centros Escolares e, simultaneamente em 40% de execução, explicou ser precisamente para evitar essa situação que não foram inscritos todos os Centros Escolares, acrescentando que, caso haja necessidade, sempre poderá recorrer a uma revisão orçamental.-

---- Relativamente à obra do Velódromo Nacional de Sangalhos, referiu tratar-se de uma grande obra, para a qual a Câmara Municipal ainda não recebeu qualquer comparticipação, explicando que o esforço financeiro, até agora assumido, foi apenas da Câmara Municipal, e reconhecendo que, por isso mesmo, algumas das outras obras tenham sido sacrificadas, o que também contribuiu para os referidos 40% de execução orçamental.-

---- Acrescentou, ainda, que em breve iria começar a receber a comparticipação do Velódromo, podendo, de imediato, aplicar essas verbas nas obras que, como disse, foram sacrificadas em dois mil e oito.-

---- Voltando a referir-se aos Centros Escolares, disse serem prioritários a nível do QREN, logo, a comparticipação estará assegurada. Assim sendo, e como a Câmara Municipal tem capacidade de endividamento, poderá recorrer ao crédito para financiar essas obras, sendo certo que mais tarde irá receber a respectiva comparticipação do QREN, para fazer face aos empréstimos que entretanto contrair.-

---- De imediato o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, referiu não ter dito que a Câmara Municipal estava numa situação de ingovernabilidade, mas que o caminho que está a ser trilhado, a continuar, poderá levar a Câmara Municipal a uma situação de ingovernabilidade.--

---- Quanto ao saneamento, referiu não poder arriscar porque teria de o assumir com o orçamento da Câmara Municipal, uma vez que necessita dos fundos comunitários e ainda não estão abertas as candidaturas. De qualquer forma, disse que foram previstas verbas que poderão ser reforçadas logo que haja abertura do QREN.-

---- Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, interrompeu para dizer que o Senhor Presidente não arriscava o saneamento por não ser prioritário para a Câmara Municipal.-

---- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara disse que o que o Senhor Vereador tinha afirmado não correspondia à verdade, porquanto a Câmara Municipal não deixava de dar ao saneamento toda a sua atenção. Exemplo disso, foi a ligação dos ramais à rede de saneamento, nas povoações de Horta, Óis do Bairro, Mata, Pedralva, Outeiro, São Mateus, entre outras,

para além da conclusão e ligação às diversas estações elevatórias, ao que acresce, também nesse âmbito, a permanência diária de três brigadas ao serviço de diversas reparações de condutas e outras obras. Assim sendo, referiu que a crítica do Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, era bastante injusta, porque, apesar da Câmara Municipal ter vontade de fazer muito mais, o certo é que o seu orçamento não o permite sem o recurso aos fundos comunitários.

Continuando, o Senhor Presidente da Câmara referiu que existia alguma folga em termos financeiros, que permitia à Câmara Municipal alguma margem para as obras que tinha inscritas no orçamento, ainda que a vontade da Autarquia fosse fazer muito mais.

Respondendo à crítica do empolamento, constatou que analisados os números, era facilmente perceptível que este orçamento seguia a metodologia dos anteriores, reconhecendo, no entanto, que essa metodologia poderá não ter a concordância de todos e poderá não ser seguida por Executivos futuros. Não deixou, também de destacar, a concluir, que este tipo de orçamento tem dado alguma facilidade à Câmara Municipal para gerir as obras no concelho.

Retomando a palavra, o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, lembrou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de que ainda faltava dar resposta à questão sobre se mantinha a decisão de demolir o Mercado para construir uma rotunda, no âmbito do projecto da regeneração urbana, e se esses custos estão ou não previstos no documento.

De imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que mantinha a decisão de demolir o antigo mercado, demolição essa que estava prevista no âmbito do projecto de regeneração urbana, conforme já tinha dado conhecimento ao Executivo, e que a verba inscrita para esse projecto é apenas previsional.

Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, tomou a palavra o Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, que começou por referir que, depois de ouvir as explicações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha que dizer que concordava com as explicações dadas sobre a gestão financeira, mas acrescentou não concordar com a gestão económica que o documento revela.

Passando a fazer uma análise detalhada do documento, começou por destacar o facto da sua apresentação não ser tão boa como a de anteriores orçamentos, pela falta de mapas resumo, o que dificulta a sua análise. Entretanto, disse que numa primeira fase ia apresentar três questões que gostaria de ver respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Assim, numa primeira questão, relativamente ao quadro de pessoal, e tendo constatado uma previsão para recrutamento de quarenta e uma pessoas, perguntou, dessas quarenta e uma pessoas, quantas efectivamente vão entrar de novo nos quadros de pessoal da Câmara Municipal.

Numa segunda questão, relacionada com as receitas correntes, perguntou a que se referia uma verba no valor de trinta mil euros, que considera um pouco elevada, para o Ensino Secundário.

Terceira, sobre o endividamento de médio e longo prazo, constatou, no mapa respectivo,

que as taxas de juro se mantinham iguais às de dois mil e oito e que os montantes dos empréstimos são iguais aos do ano anterior. Ou seja, o endividamento em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito tem um valor de nove milhões, cento e doze mil euros (€ 9.112.000,00), e, no dia imediatamente seguinte, um de Janeiro de dois mil e nove, a dívida é de nove milhões, cento e cinquenta e sete mil euros (€ 9.157.000,00), constatando-se, assim, um diferencial de quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis euros (€ 44.896,00). Dessa forma, perante esse aumento de quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis euros (€ 44.896,00), perguntou qual a razão subjacente ao mesmo, considerando, que as taxas de juro não tinham sofrido variação e os montantes dos empréstimos também são iguais aos do ano anterior.

---

---- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às três questões formuladas pelo Senhor Vereador, Engº Rui Marinha:

---- Quanto ao quadro de pessoal, começou por fazer uma pequena introdução, para dar a conhecer da existência de novas regras a nível da gestão do pessoal ao serviço da Autarquia. Assim, explicou que, tal como é referido na introdução/enquadramento do documento, em um de Janeiro de dois mil e nove entra em vigor o novo Regime dos Vínculos, Carreiras e Remunerações, sendo que nos termos do mesmo, os mapas de pessoal passam a ser aprovados anualmente pelo órgão com competência para aprovação do orçamento, devendo, também, ser efectuado um planeamento rigoroso dos recursos humanos afectos e a afectar aos serviços da Autarquia. Nesse sentido, uma das questões que tem de ser previamente planeada é o recrutamento de pessoal, quer por tempo indeterminado quer por tempo determinado. Pelo que, informou o Executivo de que os números previstos para o recrutamento têm principalmente a ver com o facto do novo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro) prever, no seu artigo décimo quarto, que quando existam contratos com duração superior a cinco anos, incluindo as renovações, equivale ao reconhecimento, pela entidade empregadora pública, da necessidade de ocupação desses postos de trabalho, com recurso à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com a necessária alteração ao mapa de pessoal, de forma a prever esses postos de trabalho e a imediata publicitação de procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Nestes termos, informou que, dos quarenta e um recrutamentos previstos no mapa de pessoal apresentado, trinta e dois são para dar cumprimento a esta disposição legal, sendo que os restantes nove serão para fazer face à eventualidade de ser necessário recrutar novo pessoal.

---- Passando a responder à segunda questão, relativamente à verba de trinta mil euros para o Ensino Secundário, informou referir-se a uma transferência de verba para fazer face aos transportes escolares na Escola Secundária de Anadia.

---

---- Por último, sobre a questão da diferença no endividamento, que o Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, voltou a referir que seria uma verba que, à partida, transitaria para dois mil e

nove, mas que, contudo, verifica um diferencial de quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis euros (€ 44.896,00), quando as taxas de juro são iguais e os valores são os mesmos, explicou que tal diferença se deve ao facto de o documento agora apresentado, e concretamente o mapa em questão, ter sido elaborado em doze do corrente mês de Dezembro, pelo que reflectia a situação do endividamento nessa mesma data. No entanto, acrescentou que até trinta e um de Dezembro, existe um lapso de tempo que não está contemplado nesse mesmo mapa, pelo que o diferencial detectado, diz respeito ao acréscimo das despesas com endividamento, desde essa data até trinta e um de Dezembro, ou seja, se o mapa pudesse ter sido elaborado em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito, teria, necessariamente, o mesmo valor em um de Janeiro de dois mil e nove.-----

---- Retomando a sua intervenção, o Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, passou a apresentar alguns números da análise feita ao documento em discussão, a saber:-----

---- Começando pela receita, constatou um aumento de 6,21% na receita corrente; um aumento de 0,67% na receita total; um aumento de 7,59% na venda de bens de investimento e um aumento das transferências de capital em 16,05%, acabando por verificar um aumento de 7,83% em impostos directos. Perante estes dados, concluiu que, na sua perspectiva, o orçamento tem uma margem para baixar impostos, ou melhor, dá a possibilidade de baixar os impostos directos. Lembrando que essa tem sido uma reivindicação dos Vereadores do PS, nomeadamente na Derrama, e recorrendo ao que tinha ouvido no dia anterior, da parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para que os Municípios, atendendo à situação actualmente vivida no País, diminuam a carga fiscal, e atendendo, também, ao facto de considerar que a Câmara Municipal tem condições para baixar os impostos, nomeadamente a Derrama, perguntou porque razão não foi prevista a redução dos impostos directos.-----

---- Passando a falar do orçamento da despesa, constatou que a despesa corrente sofre um aumento de 4,15%, mais do que em dois mil e oito, que foi de 3,18%, acrescentando, no entanto, que já tinham chegado à conclusão haver algum empolamento neste campo.-----

---- Recorrendo à introdução do documento, que aponta a Educação como uma área de "causa maior", considera que esse campo sai prejudicado com a construção do Centro Escolar, porquanto, retirado o Centro Escolar, a Educação, assim como, Cultura e Tempos Livres, volta a cair 7,08%, invertendo e hipotecando o que se pensava ser uma aposta em dois mil e oito. Assim, concluiu verificar que a Educação só é aposta da Câmara Municipal se contabilizado o Centro Escolar, porque, em termos puros de educação, a aposta é baixa.-----

---- Ainda no orçamento da despesa, e relativamente a Obras e Urbanização, constatou que as mesmas sofrerão um aumento presumível de 32,14%, talvez por se tratar de ano de eleições. Reconhecendo a necessidade absoluta em termos de recuperação de estradas, perguntou porque razão essa necessidade não foi considerada em anos anteriores.-----

---- Entretanto, registou, ainda, que não tinham a aposta ganha no saneamento, que é a prioridade das prioridades, por se tratar de uma infra-estrutura básica, na medida em que,

lamentavelmente, constata uma redução de 9,55%-----

---- Por último, no orçamento da despesa, referiu que não via inscritos o Canil Municipal e o Parque de Campismo da Curia e perguntou se tinham mesmo caído-----

---- Voltando o seu discurso, para as GOP's (Grandes Opções do Plano), referiu que as mesmas traduzem um aumento na Administração Geral de 12,44% e uma redução na luta contra incêndios em 21,05%-----

---- Ainda nas GOP's, e na Educação, esta beneficia do Centro Escolar, porque em termos de GOP's, reduz 23,1% relativamente a dois mil e oito. Contudo, disse que se lhe perguntassem se concorda e acha prioritária a construção do Centro Escolar, a sua resposta é positiva, mas acrescenta que têm de ter consciência que a Educação, no sentido puro, tem de facto uma redução. E com isto, disse não estar a pôr em causa ou a criticar a opção, mas, antes, a fazer uma constatação-----

---- Quanto às funções sociais, constatou uma redução de 5,87%, principalmente: Habitação, com uma redução de 21%; Saneamento reduz em 12,6%; Meio Ambiente em 11,8%; Cultura uma redução de 13,4% e Desporto em 27,2%-----

---- Nas funções económicas, destacou reduções substanciais em matéria de desenvolvimento da agricultura e indústria, que gostaria de ver comentadas, porque definem as linhas estratégicas do orçamento, a saber: na Agricultura de 20%; na Indústria em 21,6%, e por fim, redução nas Zonas Industriais de 32,2%-----

---- No que à Variante de Vila Nova de Monsarros e Requalificação da EM 619, em Anadia e Grada, diz respeito, considera exigua a verba inscrita de cinquenta mil euros (€ 50.000,00), e só encontra explicação no facto de ser cabimento orçamental, porque com certeza que o Senhor Presidente não pensa fazê-las com essa verba-----

---- Entretanto, registou com agrado o aumento de 40% verificado nas transferências para as Juntas de Freguesia, que considera, no entanto, que já deveria ter acontecido em anos anteriores, mas que é sintomático, talvez por ser ano de eleições-----

---- Passando a falar do Plano Plurianual de Investimentos, referiu, primeiro, que as actividades mais relevantes apresentadas no documento, têm o valor de três milhões, duzentos e trinta e nove mil euros (€ 3.239.000,00), o que, num orçamento global de trinta milhões, quinhentos e noventa e três mil euros (€ 30.593.000,00), representa aproximadamente 10%. Disse, assim, que esta análise que fez o deixa um pouco preocupado, porquanto considera ser um valor muito pequeno para justificarem o seu papel no Executivo. 10%, ou seja, três milhões, duzentos e trinta e nove mil euros (€ 3.239.000,00), na realidade, e na sua perspectiva, é o valor que estão a gerir e, num organismo tão pesado como a Câmara Municipal, gerir apenas esse valor, em termos reais, parece-lhe muito pouco-----

---- Continuando, disse considerar que tem de haver mais actividades relevantes que não constam do documento, e perguntou, “será que um Centro Escolar não é uma actividade relevante?” Perguntou, também, qual o critério subjacente a isso, porque acha estranho que

um Município com um orçamento de trinta milhões, quinhentos e noventa e três mil euros (€ 30.593.000,00), só tenha 10% de actividades relevantes, antecipando que deve existir um critério subjacente que desconhece, porque não existe justificação para tal e, também, porque não é um problema só desta Câmara.

---- Por fim, referiu que, perante o PPI que lhes era apresentado, constatam que o único investimento plurianual é o Centro Escolar, por isso, perguntou como podem dizer que existe um Plano Plurianual de Investimentos, quando só o Centro Escolar tem verbas para dois mil e dez. E daí, disse que podia fazer várias interpretações, nomeadamente que o Senhor Presidente da Câmara não se pretende recandidatar ou que não pretende mostrar estratégias, referindo, no entanto, que essas decisões do Senhor Presidente não podem influenciar um documento que dita o desenvolvimento futuro do Município.

---- Concluída a intervenção do Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os devidos esclarecimentos. Relativamente aos impostos directos, nomeadamente a sugestão de diminuição da Derrama, referiu que se a Câmara Municipal o pudesse fazer, fá-lo-ia com todo o agrado. Entretanto, disse não entender e até estranhar a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, maioritariamente com Câmaras PSD, ao recomendar uma redução dos impostos, quando a Câmara Municipal não recebeu daquele organismo qualquer correspondência ou informação nesse sentido.

---- Contudo, referiu que a Câmara Municipal está atenta a focos de pobreza e dificuldades, mas quanto aos impostos não sabia onde poderia mexer, e deu como exemplos: a taxa do lixo é quase inexistente; a de saneamento é muito baixa; a água é barata, a taxa do IMI é a mais baixa.

---- Relativamente à Educação, explicou tratar-se de um serviço que a Câmara se viu obrigada a organizar, nomeadamente pela implementação das AEC's (Actividades Extra Curriculares), adiantando que o mesmo sujeita a Autarquia a um grande esforço financeiro. Na vertente social ligada à educação, informou que a Câmara Municipal tinha aumentado a sua participação na aquisição dos livros escolares, implementou, recentemente, o fornecimento de lanches, concluindo estar atenta a tantas situações de carência que existem no concelho e que a Câmara Municipal tem obrigação de ajudar.

---- Quanto a Obras e Urbanização, que o Senhor Vereador falou irem sofrer um aumento de 32,14%, explicou que tal aumento nada tem a ver com o ano de eleições, mas sim, porque só agora a Câmara Municipal dispõe de dados para poder candidatar as obras ao QREN. Uma vez libertado o QREN, disse que já tinha podido prever algumas obras que constavam do documento. No entanto, como ainda não foram abertas todas as candidaturas, não pode prever mais obras, porque, se tal tivesse acontecido, ainda mais obras haveria, nomeadamente saneamento. Disse, ainda, que o orçamento da Câmara Municipal, sem recurso aos fundos comunitários, não consegue sustentar tal situação.

---- Sobre o Canil e o Parque de Campismo da Curia, explicou não ter acabado nem com uma

nem com outra obra, apenas não as ter inscrito no orçamento por não ter a certeza de que poderiam ser concretizadas. O Canil, não por implicar uma verba que necessite de recurso a fundos comunitários, mas pelo facto de ter um problema de localização por resolver. Estando previsto para a zona junto aos estaleiros municipais, informou ainda não ter reunidas as condições para a sua instalação, mas, a todo o tempo, e uma vez resolvido esse problema, poderá ser inscrito com uma revisão orçamental. Quanto ao Parque de Campismo da Curia, disse não saber se seria possível candidatar a obra aos fundos comunitários.

----- Relativamente à redução da verba para luta contra incêndios, referiu que os Bombeiros têm sido apoiados, tendo havido, mesmo, um incremento nesse apoio, traduzido na presença diária de uma máquina na serra para proceder à abertura de caminhos florestais por parte dos militares. E lembrou, também, que decorrente das medidas de prevenção que foram implementadas, e da cooperação para a criação da equipa de intervenção permanente, a verba deixou de ser tão necessária.

----- Quanto aos Centros Escolares, referiu que não poderiam ser postos de parte, que a sua construção não podia ser dissociada da Educação em geral, porque se há, por um lado, um esforço na construção dos Centros Escolares, por outro, a Câmara Municipal vai parando com a realização de obras nas escolas que serão abrangidas pelos Centros Escolares. No entanto, adiantou que a Autarquia se manterá atenta e, havendo necessidade, procederá a um reforço da verba.

----- Entretanto, considerou que as escolas encerram um programa base para uma educação sustentada, pelo que tem de fazer um orçamento com receitas reais. Nessa conformidade, informou que os Centros Escolares de Paredes do Bairro e Arcos tinham valores indicativos, mas ainda sem receitas previstas, uma vez que as respectivas candidaturas não foram aprovadas.

----- Aproveitando, referiu ser nesse sentido que apareciam inscritas as Variantes de Vila Nova de Monsarros, a EM 619, entre outras, por fazerem parte da contratualização do QREN, através da CIRA, que o Senhor Vereador tinha dito que com o valor inscrito para as mesmas pouco poderia ser feito e, questionou mesmo, se deveriam ser inscritas. Mas o Senhor Presidente explicou ser por isso mesmo que tinha colocado valores meramente indicativos.

----- Aproveitando a oportunidade, o Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, perguntou, então, porque é que o Senhor Presidente não prevê uma estimativa para o custo da obra sem o valor dos fundos comunitários, até porque o documento trata de uma manifestação de intenções.

----- Retomando o discurso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que já tinha pronto o projecto da Variante de Vila Nova de Monsarros, mas acrescentou que esta forma de actuar, com a inscrição de valores indicativos, é a legal. E para tal, falou das Zonas Industriais, previstas na contratualização, que se as fosse a inscrever, assim como a regeneração urbana e as vias, num total de seis milhões de euros, aproximadamente, o orçamento iria para valores muito superiores, não compensados com receitas, porque não as teria. Para além de que, como

referiu, poderia correr o risco, ao inscrever as verbas já com o valor da contratualização, de alguém o questionar em que se baseava para estar tão seguro quanto à contratualização das obras.-----

---- Por fim, respondendo ao comentário feito quanto ao aumento previsto nas transferências para as Juntas de Freguesia, esclareceu não ser por se tratar de ano de eleições, mas por ser benéfico a Câmara Municipal poder delegar algumas competências.-----

---- Seguidamente, voltou a intervir o Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, que começou por referir que, ainda que alguns argumentos não convençam, outros há que sim. Constatou, então, que o orçamento em discussão vinha na linha dos anteriores e, quanto a isso, tinha que dizer que é coerente. Referiu, também, que as críticas que os Vereadores do PS vinham fazendo ao longo do mandato se mantinham, ainda que pudessem não ser tidas em consideração. Contudo, aos Vereadores do PS disse competir apontar o que acham não ser coerente com as suas ideias e o que acham de menos positivo no documento. Para terminar, disse que o Senhor Presidente da Câmara não tinha dado resposta às críticas feitas pelos Vereadores do PS.-----

---- A Senhora Vereadora, Engª Maria Teresa Cardoso, interveio de seguida para referir que o orçamento segue uma linha política à qual é dada alguma continuação. Disse, entretanto, discordar de algumas das críticas que tinham sido apontadas, mas tudo depende da estratégia política que defendiam e que se reflectia, neste caso, ao documento.-----

---- Referiu, também, ter havido alguma cautela e alguma ponderação na indicação de algumas obras que aguardam aprovação na comparticipação.-----

---- De seguida, o Senhor Vereador, Dr. Jorge São José, referiu, também, tratar-se de um orçamento que vinha na linha de anteriores, ajustado à realidade do concelho e que reflecte a dinâmica da gestão do Executivo no Município.-----

---- O Senhor Vereador, Engº Aníbal Ferreira, caracterizou o orçamento como um orçamento prudente, para os tempos difíceis que se avizinhavam, mas que não deixa de dar continuidade às obras, que em sua opinião, são importantes, como o Parque Escolar, a própria regeneração da zona urbana, sem esquecer áreas essenciais como a acção social, entre outras. Concluiu estar de acordo e aprovar o documento, que disse estar consentâneo com a política do Executivo PSD e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

---- O Senhor Vereador, Engº Jorge Sampaio, disse nada ter a acrescentar, porque concordava com o que tinha sido dito pelo Executivo PSD, pelo que votava favoravelmente o documento.----

---- Seguidamente, voltou a intervir o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, para declarar que:----

---- Apesar das explicações que o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou, e aceitando e admitindo, mesmo, a necessidade de uma ligeira folga orçamental e prudência, ainda que não nos termos e proporções que se vislumbram neste orçamento; considerando as razões aduzidas, nomeadamente a desproporcionalidade emergente, que se agrava entre despesas correntes e despesas de investimento, em prejuízo deste último ponto; considerando, ainda, a pouca fiabilidade do orçamento e que, na opinião dos Vereadores do PS, irá ainda

acentuar esta desproporcionalidade em sede de execução; e considerando, finalmente, que áreas que entendem como prioritárias continuam a ser relegadas para segundo plano; declarou que não lhes restava outra alternativa que não votar contra um orçamento que não só não lhes merece grande confiança, como também não vai ao encontro de uma estratégia de desenvolvimento que, no entender dos Vereadores do PS, urge implementar.

---- Concluída a declaração final do Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, a Senhora Vereadora, Eng<sup>a</sup> Maria Teresa Cardoso, interveio para, em resposta ao Senhor Vereador referir que o que estavam a discutir era uma previsão orçamental e não uma execução orçamental. Nessa medida, esclareceu que quando falam em cautela e honestidade de gerência, implica ter de haver receita orçamentada para fazer face à despesa orçamentada.

---- Retomando a palavra, o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, reforçou, ainda, que a cautela não se mostra necessária, porquanto o que se prevê no documento já, por si, acautela. Acrescentou, também, que a sua previsão é a de que a execução orçamental vai ficar muito aquém do que está previsto no documento, pelo que se torna desnecessária a sobredita cautela, rematando, mesmo, que como não previa ser concretizado o orçamento, este já com uma folga tão grande, que essa cautela não se mostra necessária.

---- Concluídas as intervenções, o Executivo deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Pintado e Eng<sup>o</sup> Rui Marinha, concordar com a proposta apresentada, remetendo a mesma à Assembleia Municipal para aprovação.

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3, do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

#### **----- 4.1.2 PROPOSTA – DOCUMENTOS PREVISONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANADIA PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009):-----**

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara, Prof. Litério Augusto Marques, foi presente à reunião, para aprovação, a proposta mencionada em epígrafe, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.

---- O Senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Rui Marinha, abriu o período de discussão do assunto, começando por colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Quadro de Pessoal dos Serviços Municipalizados, para saber, na prática, qual seria o aumento real do número de funcionários. Isso porque, partindo do princípio que o quadro de pessoal tem um número de sessenta e dois funcionários, sem contabilizar os onze constantes da proposta de recrutamento para dois mil e nove, considera que o orçamento não reflecte a actividade dos Serviços Municipalizados, como já vem criticando há uns anos a esta parte, porquanto não traduz a actividade dos Serviços.

---- Especificou, mesmo, que sessenta e duas pessoas não podem produzir dois milhões e quatrocentos mil euros, isto a uma média remuneratória de vinte euros e noventa e cinco céntimos por hora, média essa que diminuiria substancialmente, se contabilizados, também,

os onze propostos para serem, recrutados, passando para uma ganho de dezassete euros e oito céntimos por hora. Reconheceu, no entanto, que a estrutura dos Serviços Municipalizados desenvolve muito trabalho para a Câmara Municipal, trabalho esse que não vem contabilizado neste orçamento, o que faz com que os números apresentados não reflectam a actividade dos SMAS, porque, voltou a referir, é impossível que uma estrutura de sessenta e dois funcionários produza dois milhões e quatrocentos mil euros. Assim, sugeriu que seria bom que a Câmara Municipal pusesse cobro a essa situação, definindo quem faz o quê e onde.

Para responder à questão colocada pelo Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, o Senhor Presidente interrompeu a intervenção do Senhor Vereador para o informar de que efectivamente está previsto o ingresso de mais seis pessoas, cujo recrutamento terá de ser feito recorrendo ao mecanismo do concurso, que podem ou não entrar. Referiu, ainda, que a AIRC está a desenvolver um programa que permitirá avaliar a verdadeira actividade, que se irá traduzir numa contabilidade analítica.

Explicou, também, que os argumentos tecidos para justificar o recrutamento na Câmara Municipal, relativo às imposições previstas na Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações também se aplicam aos SMAS, além do que, existem quatro funcionários desajustados funcionalmente que obtiveram qualificações profissionais e habilitacionais superiores às que actualmente detém, pelo que, apesar de ainda não ter sido publicada a legislação que virá regular tais situações, e por uma questão de prudência, foram previstos quatro recrutamentos para fazer face às mesmas. Além disso, informou existir, ainda, uma funcionária que se encontra em final de gravidez, a qual terá que ser substituída durante o período de licença de maternidade, pelo que terá de ser previsto o necessário recrutamento.

Retomando a sua intervenção, o Senhor Vereador, Engº Rui Marinha, passou a falar da taxa de disponibilidade, perguntando se a mesma seria para manter, porque, como sabiam, os Vereadores do PS são contra a manutenção dessa taxa.

Em termos gerais, constatou que o documento não traduz a actividade dos SMAS e, perante as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de que a Autarquia irá ter uma contabilidade analítica que lhe permitirá aferir ou ter uma ideia mais concreta da actividade dos funcionários e dos próprios serviços, que traduzirá, consequentemente, um valor mais real; considerando, relativamente ao pessoal, uma continuada confusão entre actividade de funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, os da Câmara a fazerem serviço nos SMAS e vice-versa; e, considerando, ainda, a intenção de manutenção da taxa de disponibilidade, adiantou que os Vereadores do PS se iriam abster na votação, na esperança de que as suas observações contribuam para melhorar o documento, por forma a poderem vir a votar favoravelmente.

Seguidamente, interveio a Senhora Vereadora, Engª Maria Teresa Cardoso, que referiu que, perante as observações feitas pelos Senhores Vereadores do PS, entendeu que os mesmos reconhecem que a taxa de execução dos SMAS é muito elevada, apesar de não se traduzir nos

documentos toda a actividade desenvolvida, o que é o óptimo, logo, a abdicar da tarifa de disponibilidade, seria complicado gerir os Serviços porque as receitas seriam menores e, por conseguinte, o orçamento seria inferior. Desta forma, apresentou o seu voto favorável à proposta apresentada.

---- O Senhor Vereador, Dr. Jorge São José, tomou a palavra, de seguida, para concluir tratar-se de um orçamento coerente com o que tem vindo a ser apresentado, que reflecte a actividade dos SMAS e que está de acordo com a política de gestão do Município e dos Serviços Municipalizados.

---- Os Senhores Vereadores, Engº Jorge Sampaio e Engº Aníbal Ferreira, disseram nada mais ter a acrescentar e apresentaram o seu voto favorável à proposta.

---- A concluir o período de discussão da proposta, interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que quando se fala dos valores de produção dos funcionários, tal reflecte as contradições das análises financeiras. Mas, acrescentou que mesmo que a produtividade dos funcionários fosse assim tão reduzida, não percebia tanta vontade demonstrada pelas entidades privadas em privatizar os Serviços Municipalizados.

---- Concluídas as intervenções, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Pintado e Engº Rui Marinha, concordar com a proposta de orçamento apresentada, constituída pelos seguintes documentos previsionais: Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos, no montante total previsto de setecentos e cinquenta mil e quinhentos euros (€ 750.500,00); Mapa de Receita, no montante total de dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil euros (€ 2.495.000,00); Mapa da Despesa, no montante total de dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil euros (€ 2.495.000,00) e Mapa Resumo da Despesa e da Receita, no montante total de dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil euros (€ 2.495.000,00), remetendo a mesma à Assembleia Municipal para aprovação.

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3, do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Prof. Litério Augusto Marques, declarou encerrada a reunião, quando eram doze horas e trinta minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Acta, que eu , Chefe de Divisão, redigi, subscrevi e assino.